



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Vereador Romeu Agrário Martins, s/n - Bairro Tonto - CEP 45400-000 - Valença - BA - www.portal.ifba.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23280.001053/2021-87

1. OBJETO

1.1. O objeto desse Termo de Referência é a aquisição de materiais esportivos para o retorno ao formato presencial, bem como para compor a sala multisensorial, pois com o período prolongado de isolamento social, boa parcela dos estudantes desenvolveram ou agravaram quadros de transtornos psicológicos, necessitando de acolhimento e suporte no retorno às aulas, com isso, o referido espaço oferecerá condições para que estes indivíduos consigam ter melhor aproveitamento pedagógico, sabendo que terão local apropriado para o alinhamento das emoções.

1.2. A especificação, a quantidade e os valores estimados do objeto estão detalhados abaixo:

Os itens a serem cotados da aquisição abaixo, serão os seguintes:

PERMANENTE		
Item	Descrição	Valor Estimado
1	Cadeira massageadora	17.000,00
2	Massageador portátil	3.500,00
3	Massageador pessoal portátil	750,00
4	Cadeira shiatsu	1.260,00
5	Cama maca	1.400,00
14	Poltrona reclinável	2.400,00
TOTAL		26.310,00

CUSTEIO		
Item	Descrição	Valor Estimado
6	Kit placas tatame	300,00
7	Colchonete yoga	1.800,00
8	Rolo Posicionador	1.800,00
9	Bola cravo	750,00
16	Bola suíça	1.600,00
TOTAL		6.250,00

ITEM	DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS MATERIAIS/SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS / CONTRATADOS	CÓDIGO MATERIAL	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	OBJETO: Cadeira massageadora. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Cadeira massageadora, com 35 airbags massageadores, com 4 níveis de intensidade, 12 esferas massageadoras, reclinável, apoio para os pés ajustável, com massageadores rolers localizados abaixo dos pés. Três modos de massagem pré-programadas, painel de controle em português, visor LCD. Funções: massagem para as costas, pescoço, ombro, pés, com aquecimento. Bivolt.		und	02	8.500,00	17.000,00
2.	OBJETO: Massageador portátil. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Massageador portátil para pernas e pés, elétrico, 4 níveis de intensidade, 220V.		und	05	700,00	3.500,00
3.	OBJETO: Massageador pessoal portátil. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Massageador pessoal, portátl, com 6 cabeças intercambiáveis, com infravermelho, bivolt.		und	05	150,00	750,00
4.	OBJETO: Cadeira shiatsu. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Cadeira de massagem Quick Massage Shiatsu, dobrável, portátil.		und	03	420,00	1.260,00
5.	OBJETO: Cama maca de massagem. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Cama maca de massagem em madeira, revestida com espuma 5 cm, peso máximo suportado 200 kg, tampa do orifício removível, apoio para a		und	02	700,00	1.400,00

	cabeça ajustável e removível, regulagem de altura 63 a 84 cm, apoio de braços, dobrável, portátil.					
6.	OBJETO: Kit placas de tatame. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Kit com 20 placas de tatame tapete EVA 50x50x1 cm.		und	02	150,00	300,00
7.	OBJETO: Colchonete de Yoga. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Colchonete tapete yoga ginástica 180 cm x 53 cm x 10 mm, em EVA, flexível, atóxico, lavável.		und	20	90,00	1.800,00
8.	OBJETO: Rolo posicionador. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Rolo posicionador 16 x 53 cm, em espuma expandida de polipropileno, para fisioterapia.		und	20	90,00	1.800,00
9.	OBJETO: Bola de massagem cravo. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Bola de massagem miofascial cravo 9 cm.		und	30	25,00	750,00
10.	OBJETO: Fone de ouvido supra-auricular. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Fone de ouvido supra-auriculares, sem fio, JBL.		und	05	330,00	1.650,00
11.	OBJETO: Projetor bivolt. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Projetor bivolt 3300 lumens, SVGA, HDMI.		und	01	3.000,00	3.000,00
12.	OBJETO: Tela para projeção.		und	01	350,00	350,00

	LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Tela para proteção anti-brilho, ultra HD para data show, 80 polegadas.					
13.	OBJETO: Caixa de som amplificada LOCAL DE ENTREGA: IFBA Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Caixa de som amplificada, 800w, bivolt, bluetooth, micro SD, USB, microfone.		und	03	1.100,00	3.300,00
14.	OBJETO: Poltrona reclinável. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Poltrona retrátil e reclinável, com espuma D28, altura 1,06 m, largura 0,90 m, profundidade 1,00 m.		und	03	800,00	2.400,00
15.	OBJETO: Notebook Core i5. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Notebook Core i5, 4 Gb, 1T, Windows 10.		und	01	3.500,00	3.500,00
16.	OBJETO: Bola suíça 65 cm. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Bola suíça 65 cm- ginástica, pilates.		und	20	80,00	1.600,00
17.	OBJETO: Compressor de ar. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Compressor de ar elétrico, portátil, CP 8525 8.5 pés, 24 L. 220V.		und	01	900,00	900,00
18.	OBJETO: Frigobar 117 litros. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Frigobar 117 litros, 220V.		und	01	1.250,00	1.250,00

19.	OBJETO: Kit com 4 canhões refletores, par, 36 leds. LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Kit com 4 canhões refletores, par, 36 leds.		und	02	400,00	800,00
20.	OBJETO: Coluna de bolhas multisensorial LOCAL DE ENTREGA: IFBA campus Valença. DESCRIÇÃO DETALHADA: Coluna de bolhas de diâmetro de 20 cm feita em tubo de acrílico estruturado de 3 mm de espessura e nesta versão de 2,00 m de altura, a coluna tem fechamento em chapa de acrílico de 8 mm com cinco (05) pontos de injeção de ar. Os pontos de injeção são providos de registro individual para o controle ideal do efeito desejado. A iluminação feita com luminária Led RGB de alto desempenho, onde pode reproduzir até quinze (15) cores diferentes e três (3) efeitos visuais, o acionamento feito por controle remoto, proporcionando efeitos belíssimos da ascensão das bolhas iluminadas.		und	01	4.000,00	4.000,00
21.	OBJETO: Fita de Ginástica Rítmica (completa) LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Fita de Ginástica Rítmica oficial completa, 4m comprimento, 5cm de largura, em cetim brilhante, aste em fibra.		und	40	20,00	800,00
22.	OBJETO: Mesa de Tênis LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Mesa de tênis oficial, dobrável, 15mm, madeira.		und	03	700,00	2.100,00
23.	OBJETO: Kit de Tênis de Mesa LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença		und	20	80,00	1.600,00

	DESCRIÇÃO DETALHADA: Kit de Tênis de Mesa oficial, 2 raquetes com acabamento emborrachado, 1 par de suporte, 1 rede, 3 bolinhas de 40mm, 1 estojo com zíper para guardar o material.					
24.	OBJETO: Kit de Bocha LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Kit de Bocha, 800gr, com 8 bochas de resina sintética, 1 balinho, caixa de madeira.		und	20	185,00	3.700,00
25.	OBJETO: Postes para salto em altura (par) LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Postes salto em altura, rígido de aço galvanizado, sistema de medição com dois tubos paralelos. Ajuste de altura de 70 cm até 2.60 metros. Com rodas laterais que facilitam o transporte. Indicado para treinamento e competições. Certificado pela IAAF.		par	02	2.200,00	2.200,00
26.	OBJETO: Mine cama elástica. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Mine cama elástica trampolim jump profissional, 36 molas, suporta até 150 kg, medindo 97 x 97 x 20 cm, lona resistente.		und	40	400,00	12.000,00
27.	OBJETO: Degrau step EVA. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Degrau step EVA 60x30x10 cm, borracha, plataformas inferior e superior antiderrapantes, superfície siliconizada.		und	40	100,00	4.000,00
28.	OBJETO: Futebol de sabão inflável. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Futebol de sabão Top inflável, em lona KP1000, suporta		und	01	9.900,00	9.900,00

	até 550 kg, medindo 12 x 6,0 x 2,50 m, com motor de inflar e saco para transporte.					
29.	OBJETO: Lira acrobática. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Lira acrobática em aço de alta qualidade, medindo 105 cm, suporta peso de até 200 kg.		und	02	400,00	800,00
30.	OBJETO: Kit de medalhas de acrílico. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Kit com 250 medalhas 6 cm, em acrílico 2 mm, para personalizar, cristal.		und	02	400,00	800,00
31.	OBJETO: Jogos de xadrez. LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença-Ba DESCRIÇÃO DETALHADA: Jogo de xadrez, tabuleiro e peças em madeira oficial, tamanho do tabuleiro 29 x 29 cm, tamanho da casa 3 x 3 cm, espessura 2,5 cm.		und	25	300,00	7.500,00
32.	OBJETO: Raquete de Tênis LOCAL DE ENTREGA: IFBA Campus Valença DESCRIÇÃO DETALHADA: Raquete de Tênis, oficial, adulto.		und	40	300,00	12.000,00
TOTAL R\$						108.710,00

2.JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- Material necessário para acolhimento dos estudantes, tanto durante as aulas de Educação Física, como aqueles em situação de desajustes das emoções, resultantes do longo período de isolamento social, devido à pandemia do Covid 19.

3.DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

3. A presente aquisição direta será realizada por meio de COTAÇÃO ELETRÔNICA, conforme dispõe a Lei nº 14.133 artigo 75 inciso II.o art. 24.

4.CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Os bens a serem adquiridos no presente Termo de Referência enquadram-se na definição de bens caracterizados como comuns, nos termos do inciso , do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

5.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de

inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das

5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, **contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento** em remessa única, ao Almoxarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Valença, no endereço Rua Vereador Romeu Agrário Martins, s/n, Bairro Tendo, CEP: 45400-000, Valença-BA, no horário de 08h às 12h, e de 14h às 18h, telefone (75) 3641-3051. As dúvidas/esclarecimentos sobre a entrega podem ser enviadas aos e-mails gecom-val@ifba.edu.br ou depad-val@ifba.edu.br.
6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. São obrigações da Contratante:
 1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
7. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
7. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
7. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
7. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação;
 6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.DA SUBCONTRATAÇÃO

9. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Dispensa de licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
11. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
11. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.DO PAGAMENTO

12. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
12. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.
12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
 1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	---------------------	--

12. As dúvidas/esclarecimentos sobre pagamento devem ser enviadas ao e-mail dof-val@ifba.edu.br.

13.DO REAJUSTE

13. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. dar causa à inexecução total do contrato;
4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

14. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. Advertência pela falta do subitem 14.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.1 a 14.1.12;
3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14. Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15. O custo total estimado da contratação é de R\$ 108.710,00 (cento e oito mil, setecentos e dez reais), porém, devido a escassez de recurso, os valores para aquisição serão os seguintes: R\$ 26.310,00 (vinte e seis mil, trezentos e dez reais) de PERMANENTE e R\$ 6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais) de CUSTEIO.

Valença, 24 outubro de 2021.

Cláudio Araujo dos Reis

Mariane Coutinho Oliveira

Equipe de Planejamento

Keyla Cardoso Santana

Requisitante

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021. Em atendimento ao disposto no art. 50, IV, Lei 9.784/99, bem como no art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, autorizo a contratação direta.

Genny Magna de Jesus Mota Ayres

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ARAUJO DOS REIS, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 24/10/2021, às 11:19, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **2033844** e o código CRC **5509956A**.
